

Joaquim Mouzinho de Albuquerque (1855-1902) e a política do colonialismo

Mouzinho de Albuquerque foi um inigualável soldado colonial na época em que Portugal restaurou o seu domínio em África. Figura carismática, tornou-se, sob alguns aspectos, o mais célebre combatente colonial dos tempos modernos. Nunca ocupou altos cargos políticos¹ e o posto mais elevado que atingiu no Exército foi o de tenente-coronel, não tendo excedido dois anos o tempo em que governou uma colónia. Todavia, a sua marca na política de Portugal, na história colonial e militar, foi profunda e perdurou para além da sua morte. Na história colonial portuguesa é recordado sobretudo pelo papel decisivo que desempenhou na campanha de Moçambique em 1895 e como governador-geral e comissário régio naquela colónia durante dois anos, de 1896 a 1898.

Começa em Moçambique, na década de 1890, a lenda de Mouzinho de Albuquerque, entre amigos e companheiros de armas. Nos últimos anos da Monarquia Constitucional, logo a seguir ao seu dramático suicídio, em 1902, os elementos chave do seu estado-maior em Moçambique dão início ao «culto de Mouzinho». Continuaram-no, cultivando a sua lenda, os monárquicos legitimistas e integralistas portugueses durante a década de 1920-1930. Foi então que uma geração mais jovem de oficiais do Exército reavivou o interesse pela personalidade desse combatente colonial, pelos seus feitos e pelas suas ideias, reabilitando-o. Durante os anos trinta e quarenta, a ditadura portuguesa do Estado Novo completou a reabilitação desse místico combatente e governador colonial: Mouzinho foi adoptado como santo patrono militar, o santo secular do regime.

* University of New Hampshire, Durban.

¹ O único rival possível de Mouzinho entre os militares coloniais famosos dos tempos modernos é outro oficial conhecido pelo seu monóculo, o general António de Spínola (nascido em 1910). Spínola foi governador-geral da Guiné (1968-1973), vice-chefe do Estado-Maior (Janeiro a Março de 1974) e, por pouco tempo, Presidente da República em 1974 (Maio a Setembro de 1974).

ANTECEDENTES DE UMA CARREIRA COLONIAL (1855-90)

Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque nasceu a 12 de Novembro de 1855, na Quinta da Várzea, concelho da Batalha, filho de uma família aristocrática de proprietários rurais. A sua família, solidamente monárquica, religiosa e tradicional, cultivava a austeridade, mas o conforto rodeou sempre o jovem Joaquim. Era, por tradição, uma família de soldados, políticos e escritores. Mouzinho, como era conhecido dos seus amigos e, mais tarde, de gerações de portugueses, fez remontar a sua árvore genealógica até à realeza e fidalguia dos tempos medievais. Seu avô pelo lado do pai, o Eng. Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (morto em 1846), constitucionalista e oficial do Exército, foi um dos mais notáveis estadistas do século. José Diogo, seu pai, também oficial de carreira, foi engenheiro de nomeada no Porto.

Joaquim escolheu a carreira militar, seguindo a tradição da família. Apenas com 16 anos, em Novembro de 1871, alistou-se como recruta voluntário no Regimento de Cavalaria n.º 4. Em 1876 completou o curso de Cavalaria na Escola do Exército e foi graduado em segundo-tenente. Desde sempre, a grande paixão da sua vida foi o Exército — ser um oficial de profissão constituía um título que prezava acima de todas as honras e condecorações granjeadas como herói colonial.

Enquanto ansiava pela aventura em África foi um exemplar chefe de família. Casou com uma prima direita, não tendo tido filhos. O carisma de Mouzinho fundava-se em parte no seu estilo pessoal: corpo magro e atlético, porte militar e estatura acima da média para um português. Era um homem de acção, um rosto que sobressaía numa sociedade de pescoços anafados e caras tristonhas. Nos retratos e fotografias do seu tempo de celebridade surge sempre este rosto emaciado e anguloso, de espesso bigode. Muitas vezes usava monóculo², muito ao estilo da alta sociedade monárquica.

Ao contrário de muitos militares da sua geração, Mouzinho frequentou a Universidade de Coimbra durante os anos de 1879 a 1882, estudando matemática e filosofia. Não recebeu nenhum título académico, mas aplicou-se seriamente ao estudo, adquirindo vastos conhecimentos de matérias que incluíam os populares romances e ensaios de um dos maiores romancistas portugueses modernos, Eça de Queiroz. Os conhecimentos adquiridos revelou-os no notável livro *Moçambique, 1896-98*, publicado em 1899, no qual evidenciou possuir talento literário. Se não tivesse sido militar, como mais tarde afirmou, poderia ter sido escritor.

Mouzinho de Albuquerque, «espécie de filho póstumo do grande escol português dos séculos XV e XVI»³, deu instrução militar aos seus cadetes em Lisboa, num curto espaço de tempo, de 1884 a 1886, sendo nomeado no ano seguinte, pela primeira vez, para o ultramar, tendo ocupado vários postos na Índia Portuguesa. Foi comissário dos Caminhos-de-Ferro de Mormugão, em Goa, e, como oficial mais graduado a seguir ao governador-geral, secretário-geral do governo do Estado da Índia.

Os anos passados na Índia Portuguesa (1886-90) contribuíram para preparar a sua carreira colonial. Na Índia viajou, leu e estudou literatura colonial inglesa, holandesa e francesa. O contacto com a actuação colonial dos Ingleses influenciou decisivamente no seu trabalho posterior em Moçambique: na verdade, os modelos coloniais ingleses, por exemplo, determinaram as suas ideias e planos de reforma para Moçambique.

Era muito versado na história da administração britânica na África Austral e foi considerado um especialista português dos problemas dessa área.

A CARREIRA COLONIAL EM ÁFRICA (1890-98)

O militar (1890-95)

Mouzinho de Albuquerque foi pela primeira vez para África no ano do ultimato inglês, em 1890, quando a posição de Portugal como potência colonial era fraca e defensiva. Enquanto o ultimato gerava um novo interesse público e elitista nas colónias africanas, Portugal detinha um fraco controlo nas terras do interior e em toda a extensão das costas angolana e moçambicana. Os patriotas portugueses temiam os desígnios da Inglaterra, da Alemanha e da França nessas possessões portuguesas, tão inseguras. Na África Oriental, os Portugueses mantinham obstinadamente a costa de Moçambique. Era no Sul, na cidade de Lourenço Marques, que se concentravam todo o desenvolvimento económico e a actividade política. Não obstante, a capital da colónia estava naquele tempo instalada no extremo norte, na ilha de Moçambique. O Sul tornou-se importante devido às actividades económicas do interior, que estavam ligadas à descoberta de ouro no Transval, ao começo da colonização britânica da África do Sul e à ocupação da Rodésia. A prosperidade económica de Moçambique era um reflexo do comércio e do transporte das mercadorias que se escoavam através do porto de Lourenço Marques. Apesar deste novo estímulo, muitos entendidos em questões africanas desse tempo (e não poucos membros da *élite* colonial portuguesa) acredi-

³ Do texto bibliográfico publicado em fins de 1897 no *Diário de Notícias*, citado na necrologia «Joaquim Mouzinho de Albuquerque», *Portugal em África, Revista Científica*, X, Janeiro de 1903, n.º 109, p. 27.

tavam que, mais cedo ou mais tarde, Portugal perderia Moçambique para as mãos de intrometidos comerciantes estrangeiros.

Após cumprimento de serviço na Índia Portuguesa, o capitão de cavalaria Mouzinho de Albuquerque assumiu o posto de governador do distrito de Lourenço Marques, a 25 de Outubro de 1890. Ali experimentou pela primeira vez a frustração do oficial combatente colonial ao discordar da inércia e ineficácia da burocracia em África e em Portugal. Aos 35 anos, o combatente pretendia administrar o distrito no espírito daqueles aspectos da administração colonial britânica que admirava: pragmatismo, eficácia, descentralização dos poderes e do controlo, tendo em atenção as necessidades locais e não os preconceitos e os interesses da metrópole.

O seu tempo de governador distrital foi breve. Pediu a exoneração, depois de manifestar divergências pessoais com o governador-geral, o capitão da Marinha Rafael de Andrade, em 25 de Fevereiro de 1892, tendo regressado a Portugal. De qualquer modo, no primeiro cargo administrativo que teve em Moçambique mostrou personalidade e prefigurou elementos do seu posterior comportamento como alto funcionário da administração portuguesa. Como militar foi corajoso e agressivo; apesar de a política ser a do «quanto mais devagar, melhor», defendia uma vigorosa acção imediata sobre o importante régulo Gungunhana, de Gaza, como prova da força militar dos Portugueses. Nos princípios de 1891 encorajou uma força de voluntários e aventureiros portugueses a atacar os campos da British South Africa Company, de Cecil Rhodes, em Macequece. Como administrador não se entendeu com o governador-geral, seu superior, deplorando a impotência da administração colonial e mostrando que podia ser patriota, arrogante e egocêntrico, mas, acima de tudo, impetuoso e temerário.

Em Portugal voltou a ocupar postos em várias guarnições, mas ansiava por regressar a África, para comandar, combater e exercer um alto cargo administrativo.

A oportunidade chegou quando eclodiu uma sublevação em África, no sul de Moçambique, que obrigou o Governo português a intensificar substancialmente o esforço colonial. Depois de intensos debates e da elaboração de planos ao mais alto nível, em Lisboa, o ministro da Marinha nomeou o civil António Ennes comissário régio, com poderes executivos especiais, de modo a aumentar o controlo e a soberania portugueses na África oriental. Ennes tinha instruções para negociar com o que os Portugueses consideravam ser uma ameaça directa ao seu domínio: o império africano do régulo Gungunhana de Gaza.

Uma insurreição africana perto da cidade de Lourenço Marques aumentou o receio dos Portugueses. Alguns acreditavam — sem justificação aparente — que Gungunhana era o responsável por esta rebelião e que poderia tentar expulsar os Portugueses das áreas situadas a sul do seu reino. Já era conhecido o acordo que a British South Africa Company, de Cecil Rhodes, assinara com o régulo africano, pagando-lhe uma

pensão generosa e procurando armá-lo com espingardas modernas ⁴.

Portugal organizou uma expedição especial ao Ultramar, cujos elementos chegaram a Lourenço Marques em Abril de 1895. Mouzinho de Albuquerque tomou parte nesta expedição, comandando um esquadrão de cavalaria (lanceiros) que iria combater o Shangana de Gaza.

O modo como decorreu a campanha de Gaza de 1895 foi descrito e analisado em pormenor noutros trabalhos ⁵. Aqui importa analisar o papel de Mouzinho de Albuquerque na campanha que se tornou o expoente militar e colonial dos Portugueses em África nos tempos modernos. Desta campanha nasceram mais heróis e mitos coloniais que de qualquer outra.

Mouzinho procurava ansiosamente as missões e acções mais perigosas. Durante os meses de Abril a Dezembro de 1895 sentia-se desiludido com os atrasos no decurso da campanha. Tais atrasos poder-se-iam imputar às condições tropicais e à falta de comunicações e de transporte adequados da costa para o coração de Gaza.

A cavalaria, sob o comando de Mouzinho, combatera já em numerosas acções nos primeiros meses, após a sua chegada. No entanto, Galhardo, o comandante da força expedicionária, não tinha experiência de combate em África e, temendo o revés, mostrava-se excessivamente cauteloso. A sua relutância em avançar rapidamente em direcção à capital, Manjacaze, irritava o oficial de cavalaria Mouzinho. Apenas armado com uma espada e um revólver, estava pronto a participar em corajosas incursões pelo interior de África. Desde o início, a sua audácia e a sua bravura granjearam-lhe notoriedade entre os companheiros.

Não foi a carga da cavalaria o elemento decisivo na campanha de Gaza, mas sim a metralhadora. Foi o armamento moderno dos Portugueses que, apontando sem dó nem piedade contra a massa de guerreiros africanos que lutavam por Gungunhana, demonstrou ser a resposta definitiva à questão de quem controlaria o Sul de Moçambique. A batalha decisiva travou-se finalmente em Coolela, a 7 de Novembro de 1895. Os regimentos de guerreiros de Gungunhana foram varridos pelo potencial de fogo português e os Africanos sofreram milhares de baixas. Coolela quebrou a espinha dorsal do domínio de Gungunhana sobre Gaza. De seguida, as suas legiões começaram a vacilar e a desertar. Outras declaravam uma neutralidade pragmática perante a crescente agressividade do exército português.

⁴ Philip R. Warhurst, *Anglo-Portuguese Relations in South-Central Africa, 1890-1900*, Londres, 1962; Eric Axelson, *Portugal and the Scramble for Africa, 1875-1891*, Joanesburgo, 1967.

⁵ Veja-se o meu capítulo «Gungunhana» in Norman R Bennett (org.), *Leadership in Eastern Africa*, Boston, 1968, pp. 194-211; e o meu artigo «Gungunhana the Negotiator», in *Journal of African History*, vol IX, n.º 4, Outubro de 1968, pp. 585-602.

Em Coolela, Mouzinho perdeu muitos cavalos, mas persistiu no ataque às linhas africanas sem pensar no risco que corria. Coolela, talvez a mais famosa vitória portuguesa da campanha de 1895, enfraqueceu a autoridade de Gungunhana entre os seus seguidores e o seu exército. Contudo, logrou escapar-se às forças invasoras portuguesas por volta de 10 de Novembro, levando consigo numa carroça alguns dos seus haveres e abandonando a sua *kraal*, em Manjacaze. Refugiou-se no Norte, num lugar chamado Chaimite, aldeia ligada aos antepassados africanos deste chefe e à religião tradicional do seu povo.

Entretanto, o Governo em Lisboa ordenou que se pusesse fim à campanha de Gaza. A força expedicionária de Galhardo retirou-se e os navios rumaram de regresso a Lisboa. Por volta de 16 de Dezembro, o comissário régio, Ennes, partia para Lisboa. Ennes estava convicto de que o distrito de Gaza se tinha submetido com a derrota, ainda que o seu líder, Gungunhana, ficasse em liberdade. Os Portugueses não sabiam para onde fugira: teria escapado para o Transval? As autoridades ordenaram que todas as operações cessassem no interior até ao fim da estação das chuvas de 1896. Acreditava-se que o famoso régulo jamais se renderia e, se não lutasse até à morte, se escaparia para o Norte ou o Oeste, para regiões que estavam fora do domínio ou da soberania portuguesa.

Em 10 de Dezembro já Mouzinho era reconhecido como um dos heróis de Coolela e foi nomeado governador militar do distrito de Gaza. Em 12 de Dezembro, os serviços secretos portugueses informavam Mouzinho de que tinham localizado o paradeiro de Gungunhana: numa aldeia de nome Chaimite, ao norte de Languene, nas margens do rio Limpopo. O oficial decidiu então empreender uma corajosa acção: marchar para a região e capturar ou matar Gungunhana. Depois dos preparativos, a marcha iniciou-se em 26 de Dezembro e a 28 do mesmo mês o pequeno destacamento português, acompanhado por milhares de guerreiros africanos auxiliares, invadiram o aldeamento de Chaimite. Mouzinho, dirigindo-se ao régulo atónito, deu-lhe voz de prisão em nome do rei de Portugal. Gungunhana rendeu-se sem oferecer resistência. Mouzinho levou consigo o régulo e ordenou a execução sumária de dois chefes nativos, a quem acusou de haverem instigado a guerra.

A 6 de Janeiro de 1896, Mouzinho de Albuquerque entregou oficialmente Gungunhana ao governador-geral interino, em Lourenço Marques, e o régulo embarcou pouco depois — como prisioneiro — para Lisboa, aonde chegaria a 13 de Março, sendo exibido ostentando grilhões a caminho da prisão perante multidões de portugueses.

O acontecimento de Chaimite teve aspectos extraordinários. A maior parte dos observadores acreditavam que Gungunhana — tal como Lobengula, no Noroeste da Rodésia —, jamais se deixaria capturar, mesmo depois de uma derrota militar, preferindo fugir ou ser abatido. O colapso da resistência africana depois de Coolela e a rendição de Gungunhana perante os seus corajosos captores confundiram a opinião pública de Portugal

e dos países que atentamente seguiam o evoluir da situação em África. Mouzinho efectuou esta arriscada captura com pouquíssimos efectivos europeus. Por ironia, a captura foi tecnicamente considerada como uma insubordinação de Mouzinho. As comunicações entre a zona de combate e a cidade de Lourenço Marques eram incertas, morosas, e, em 31 de Dezembro de 1895 — três dias depois da captura, em Chaimite —, o novo governador-geral emitiu uma ordem para que Mouzinho «cessasse» toda a operação de ofensiva até que terminasse a estação das chuvas de 1886.

Quando as notícias da derrota de Gungunhana e da sua captura chegaram a Portugal, a reacção popular foi sensacional e inigualável, havendo comemorações por toda a parte. Os Portugueses, desde o nobre da corte de D. Carlos I até ao pé-descalço de Lisboa e do Porto, regozijaram-se e festejaram o acontecimento. Numa época de «pessimismo colonial», de derrotismo e de desencanto nacional, os feitos militares de 1895 desse oficial invulgar galvanizaram a opinião pública e despertaram o sentimento nacionalista. Numa época sem heróis, Portugal tinha agora um «herói de África» capaz de feitos comparáveis aos dos outros heróis coloniais contemporâneos da Inglaterra e da França. De um dia para o outro, os Portugueses — estimulados por uma imprensa entusiástica — fizeram do nome de «Mouzinho» uma palavra familiar. Quarenta anos mais tarde, na Escola Superior Colonial num texto oficial de História, a captura de Gungunhana é evocada como sendo um acto «ímpar e célebre na história»⁶.

O SOLDADO-HERÓI COMO ADMINISTRADOR (1896-98)

Foram prestadas honras ao herói colonial. O Governo concedeu-lhe uma pensão para o resto da vida, importantes condecorações militares, incluindo insígnias de outras nações (da Alemanha, a Cruz da Águia Vermelha de 2.^a classe; da Inglaterra, comendador de S. Miguel e de S. Jorge; da França, oficial da Legião de Honra, etc.), lhe foram atribuídas. Foi promovido por distinção, não por tempo de serviço nas fileiras, ao posto de major, devido aos feitos praticados numa guerra conduzida, segundo as palavras do Governo, «em defesa da honra nacional»⁷. A 13 de Março de 1896 foi nomeado, por decreto, governador-geral de Moçambique, cargo que assumiu oficialmente a 21 de Maio de 1896. Mais tarde, em Novembro do mesmo ano, foram-lhe dados poderes adicionais por Lisboa e nomearam-no, como outrora o fora Ennes, comissário régio.

A primeira tarefa do novo governador foi organizar um estado-maior competente e ao qual pudesse confiar a missão de levar à prática as suas ordens e promover o interesse nacio-

⁶ Gaspar de Couto Ribeiro Villas, *História Colonial*, vol. II, Lisboa, 1938, p. 368.

⁷ General Ferreira Martins, *Mouzinho*, Lisboa, 1965, p. 105.

nal dos Portugueses em Moçambique. Este estado-maior foi recrutado entre os mais distintos membros da *élite* colonial portuguesa dos anos entre 1895 e 1920. Ao ilustre oficial do estado-maior — mais tarde governador de Angola — Eduardo Costa confiou o governo do distrito de Moçambique e colocou um militar desconhecido, o capitão Pereira de Eça (mais tarde vitorioso em Angola e general), como governador do distrito de Lourenço Marques. O aristocrata Aires de Ornelas, também oficial do estado-maior e mais tarde ministro da Marinha e do Ultramar (em 1906-08), foi designado para ser o chefe militar do estado-maior de Mouzinho ⁸. Um jovem oficial — mais tarde general e ministro da Guerra na ditadura posterior a 1926 —, Vieira da Rocha, foi nomeado ajudante-de-campo de Mouzinho. Com tão ilustre estado-maior, Mouzinho acreditava que Portugal poderia recuperar os séculos perdidos em Moçambique.

O período em que Mouzinho foi administrador supremo podemos dividi-lo em duas actividades fundamentais: militar e não militar. No campo militar dedicou uma boa parte do tempo a campanhas em várias regiões da colónia. O seu plano para a ocupação efectiva e «pacificação» das zonas situadas nas fronteiras de Moçambique baseava-se no sistema usado pelo governador do Sueste Asiático e Madagáscar, o general francês Gallieni, herói colonial que muito admirava.

Durante os meses de Fevereiro e Março de 1896 houve campanhas na região do Maputo (de Lourenço Marques até à fronteira com a África do Sul), mas o governador dispendeu grande parte do seu tempo e esforços na então chamada campanha dos Namarrais, no Norte de Moçambique, entre Outubro de 1895 e Março de 1897, numa zona adjacente à capital, situada na ilha de Moçambique. Não temendo o risco, Mouzinho foi ferido duas vezes em combate. A região dos Namarrais era terreno mais difícil que as zonas do Sul e acreditava-se que estes guerreiros do Norte fossem superiores aos Shangana, devido às suas técnicas de combate e ao uso da guerrilha.

Ao Sul de Moçambique, a resistência africana continuava. A segunda campanha de Gaza, de 1897, foi talvez mais dura que a expedição ao Norte e igualmente sangrenta. À frente das forças portuguesas que enfrentaram a rebelião de Maguigana, antigo lugar-tenente de Gungunhana e que tinha escapado em Coolela, encontrava-se o governador-geral e comissário régio. Mouzinho de Albuquerque ficou muito surpreendido com este movimento de resistência ⁹, cujas causas acreditava serem comuns às que estavam na origem dos quase simultâneos levantamentos africanos na Rodésia. Era a reacção dos Africanos a uma série de agravos e calamidades, designadamente: má administração colonial, prepotências exercidas sobre os trabalhadores, catástrofes naturais, como a seca, doenças epizooticas e uma praga de gafanhotos.

⁸ Miguel Pelágio Teixeira da Costa, «Ayres de Ornellas e o Ultramar», *Boletim Geral do Ultramar*, n.ºs 499-500, Janeiro-Fevereiro de 1967, Ano XLIII, p. 28.

⁹ J. Mouzinho de Albuquerque, *Moçambique, 1896-1898*, p. 87.

Durante os meses de Junho a Setembro de 1897, Mouzinho participou, em Gaza, na mais dura expedição «pacificadora» da sua carreira. Montou quartel-general no Chibuto e, com freiras portuguesas da Ordem de São José de Cluny e a ajuda de sua mulher, organizou e pôs em funcionamento um hospital de sangue para acudir aos feridos portugueses em campanha. Estava-se em Setembro quando a campanha chegou ao fim. Derrotados severamente, os opositores debandaram. O chefe Maguiguana tombou morto no campo de batalha. O Governo, reconhecido, concedeu-lhe nova medalha, a condecoração da Torre e Espada. Enquanto Mouzinho de Albuquerque envidava sérios esforços para planificar e levar a cabo a definitiva ocupação e pacificação militar da colónia, os povos africanos resistiram sempre ao jugo português, tanto passiva como violentamente, e até muito tempo depois da demissão deste impetuoso governador. Até à década de 1920, especialmente no Norte de Moçambique e no vale do Zambeze, verificando-se sérias rebeliões africanas.

De regresso a Portugal, e depois de uma viagem pela Europa que durou de Dezembro de 1897 a Abril de 1898, Mouzinho de Albuquerque foi recebido com manifestações de apoteose jamais vistas no Portugal moderno. À sua chegada a Lisboa era esperado pelo próprio rei, que o abraçou, ao mesmo tempo que uma multidão compacta o aclamava. As numerosas homenagens que lhe foram prestadas não eram encenações dirigidas, nem tão-pouco preparadas pelo Governo, como seriam décadas mais tarde as dos dignitários do Estado Novo. Cumulado de novas medalhas e de honras e nomeado ajudante-de-campo do rei, Mouzinho empreendeu, em Janeiro de 1898, uma viagem ao Norte do País. A recepção que o aguardava foi delirante (no dizer dos observadores da época, «uma loucura»). O militar foi saudado como santo secular, moderno obreiro de milagres, talvez um novo D. Sebastião. Flores juncavam-lhe a passagem e os estudantes levaram-no aos ombros. O povo acreditava que fosse um representante «do velho heroísmo português, heróico e triunfante»¹⁰.

O apogeu do seu triunfo atingiu-o no Norte. Nesse momento, um articulista, especulando, dizia que o delírio do culto do herói o poderia ter levado a uma ditadura pessoal, pois a oportunidade estava perfeitamente ao alcance do cavaleiro. Se, nesse momento, Mouzinho tivesse erguido a espada e pronunciado uma só palavra, todos, todos os que o escutassem, sem distinções de classe ou idade, tê-lo-iam seguido cegamente, dominados e hipnotizados pelo seu prestígio, e levariam a cabo a mais quimérica e absurda empresa que ele pudesse imaginar¹¹.

Depois de uma viagem triunfante pela França, Inglaterra e Alemanha, onde fora muito aclamado, Mouzinho voltou por pouco tempo a Portugal antes de partir para Moçambique.

¹⁰ Luís de Magalhães, citado pelo general Ferreira Martins, *op. cit.*, p. 155.

¹¹ *Ibid.*

A sua fama de heróico militar estava consagrada e a sua popularidade atingia o apogeu. Ainda antes de embarcar de novo para Moçambique, em Abril de 1898, Mouzinho teve divergências com dirigentes políticos e com o ministro da Marinha e do Ultramar sobre a política colonial.

Como administrador, a reputação de Mouzinho é extremamente controversa. Como militar não deixou também de ouvir algumas críticas, dado que toda a sua fama a conquistara a golpes de espada («à cutilada») sobre os Negros, mas mais polémicas foram as suas medidas como administrador supremo em Moçambique. Devido à complexidade da política colonial portuguesa no contexto da Monarquia do fim do século, a controvérsia nem sempre permite uma interpretação clara e precisa. Um justo e equilibrado juízo a respeito de Mouzinho de Albuquerque, como administrativo, deverá levar em conta, pelo menos, quatro factores: a política da metrópole relativa à actividade colonial (1896-1902); a sua reputação como militar; a maneira como o Estado Novo, uma geração após a morte do herói colonial, o adoptou como pedra angular da sua ideologia e mitologia; as suas ideias reformadoras e os obstáculos que se levantaram ao seu sucesso em 1896 em Moçambique e que poderiam ter desencorajado qualquer administrador. Estes factores serão analisados ao longo da sua carreira de administrador. Um recente estudo¹² de R. J. Hammond sugere que Mouzinho não era um «administrador»; existem, contudo, provas de que como governador tem sido mal compreendido e subestimado.

A natureza da política na metrópole, pessoal e facciosa, tornou especialmente difícil a campanha em que se embrenhou o governador contra «uma exagerada intervenção centralizada do Governo»¹³. Na melhor das hipóteses, o famoso soldado colonial mostrou ter um espírito egotista, mas é difícil levar muito a sério a crítica que diz ter ele sido desobediente à Constituição e haver agido ilegalmente em Moçambique, desafiando o Ministério¹⁴. É incorrecto inferir desta crítica que os responsáveis governamentais obedeciam à lei. A quase constante manipulação da lei com fins pessoais e partidários foi a principal característica do sistema nos finais da Monarquia Constitucional. A demissão a que foi forçado Mouzinho de Albuquerque (em 1898) deveu-se sobretudo às invejas pessoais dos líderes do Governo de Lisboa contra este heróico oficial e provavelmente ao reflexo natural de uma inerte e em parte corrupta, distante e pesada burocracia, que se protegia a si própria das ameaças que a personalidade, as ideias reformadoras e as acções de Mouzinho representavam.

¹² Richard J. Hammond, *Portugal and Africa, 1815-1910*, Stanford, 1966, p. 272; ver também p. 273 e segs. De notar que muito do material utilizado por Hammond na análise da acção de Mouzinho como administrador provém de registos diplomáticos britânicos.

¹³ General Ferreira Martins, *op. cit.*, p. 110.

¹⁴ Richard J. Hammond, *op. cit.*, pp. 273-276.

Apesar de as suas ideias não serem totalmente originais foram importantes e influenciaram decisivamente em Portugal (entre 1898 e 1920) o movimento progressivo no sentido da descentralização administrativa e de uma maior autonomia para a administração local. Pedia mais poderes e autoridade para os comissários régios e governadores, bem como para os seus subordinados, a adopção de um sistema de leis adequado, não à metrópole, mas às condições existentes em Moçambique ou noutra colónia qualquer, e a criação de um sistema jurídico que previsse três grupos distintos — europeus, nativos assimilados e nativos — e um tribunal e respectivo sistema penal para cada um desses grupos.

Embora «discípulo» do seu antecessor, António Ennes, foram de sua própria autoria muitos dos decretos que promulgou. As suas Portarias de 8 e 12 de Abril de 1898 instituíram um *regimento* que pode ser apontado como um antecedente legal do que viria a designar-se como o sistema do «indigenato», que a legislação do Estado Novo fez evoluir nos seus princípios, em 1926-29¹⁵. Esta inovação contou com a oposição do ministro da marinha e das Colónias, que chamou a atenção para o seu carácter ilegal¹⁶.

Foi na área do planeamento e controlo financeiro da colónia que incidiram as ideias mais específicas de Mouzinho de Albuquerque e que provavelmente mais influência exerceram sobre futuros colonialistas e administradores coloniais, particularmente em Moçambique. O sistema que se deparou ao governador em 1896-98 foi por ele considerado como ineficaz, imprudente e até perigoso. O governador tinha as mãos atadas, dado que Lisboa, mediante leis restritivas, exercia um verdadeiro controlo sobre o erário da colónia. Um decreto de 1888¹⁷ proibia o governador de celebrar contratos de compra, venda ou fornecimento de mercadorias avaliadas acima de um certo preço; além disso, o controlo das finanças cabia não só ao governador mas a um inspector das finanças, enviado de Lisboa, e ao chefe da repartição de finanças. Mouzinho atacou tais disposições «absurdas»¹⁸ e lastimou que a tradição, já enraizada, impedisse os administradores coloniais de acumularem fundos ou aumentarem as receitas, agravando as tarifas aduaneiras e os impostos. Sugeriu que a colónia seria mais bem

¹⁵ Talvez as mais definitivas no período anterior à Ditadura fossem as leis de 1917 em Moçambique, modificadas em 1919. Para uma definição, em termos legais, do que se entendia por «indígena» e «assimilado» no período anterior ao Estado Novo ver teste in *Índices Alfabético e Cronológico da Principal Legislação de Moçambique*. Publicadas nos *Boletins Oficiais* da Colónia de Moçambique desde 1854 a 1920, organizados por Alberto Costa Mesquita, Lourenço Marques, 1941, p. 154, citado in *Boletim Oficial de Moçambique*, n.º 2, 1.ª série, 1917.

¹⁶ Mouzinho de Albuquerque, *Ofício Dirigido ao Conselheiro Alvaro da Costa Ferreira...*, Lisboa, 1957, p. 26.

¹⁷ Sobre o texto deste decreto de 20 de Dezembro de 1888, ver João José da Silva, *Repertório da Legislação Ultramarina (cont.)*, 1883-1892, Nova Goa, 1896, p. 41.

¹⁸ Mouzinho, *Moçambique*, p. 273.

servida por um «melhor desenvolvimento das fontes de riqueza e pelo progresso económico do território». Solicitou instantaneamente a Lisboa que lhe concedesse autorização para contrair empréstimos para projectos moçambicanos, mas foi-lhe recusada a possibilidade de o fazer ¹⁹.

Este denodado administrador formulou várias recomendações que reputava fundamentais para uma sólida política financeira em qualquer colónia. Considerava, no entanto, que as suas ideias eram particularmente aplicáveis a Moçambique, cujo orçamento era muito importante para o orçamento do império: em 1896-97 só as receitas orçamentadas de Moçambique cobriam cerca de 51 % do total das receitas do império. Assim, esboçou no seu clássico livro *Moçambique (1899)* ²⁰ os seguintes seis pontos principais para melhorar a política financeira da colónia:

1. É importante um correcto plano dos recursos económico-financeiros;
2. Não deveria haver subvenções financeiras da metrópole;
3. Os empréstimos deveriam ser aplicados no desenvolvimento de projectos, e não para perfazer os requisitos do orçamento;
4. Os executivos locais, os distritos e, idealmente, as províncias também deveriam «viver dos seus recursos»;
5. Os governadores deveriam receber os poderes financeiros necessários para auxiliar a «regeneração económica» de Moçambique na direcção que entendessem ser certa;
6. A função dos governantes deveria ser a de obterem empréstimos.

Note-se que enquanto que o regime que vigorou em 1920-30 de altos-comissários para Angola e Moçambique previa para estes representantes do governo central poderes para contraírem empréstimos, o sistema instituído pelo Estado Novo, posteriormente a 1926, retomou a tradição colonial de centralização. Todavia, o sistema do Estado Novo é até certo ponto coincidente com o espírito dos outros princípios de política financeira que Mouzinho defendeu durante o período de dois anos em que foi comissário régio e governador-geral de Moçambique.

Noutras áreas do pensamento e administração coloniais, o governador militar revelou-se mais conservador. Em questões raciais, o conceito de uma «missão civilizadora» europeia apoiava-se na corrente racista e etnocêntrica do darwinismo social da época. Para Mouzinho, os Portugueses eram uma raça superior e, na sua generalidade, os Africanos eram bárbaros selvagens. Opunha-se à «assimilação». Homem severo e disciplinado, deplorava a ilegalidade da pena de morte, banida desde meados do século XIX das leis portuguesas, e achava

¹⁹ Mouzinho, *Moçambique*, p. 295.

²⁰ Id., *Ibidem*, pp. 263-295.

ilógico e insensato que, pelo menos, não existisse nas colónias tropicais de África. Reclamava que o governo aplicasse a pena capital nos casos em que Africanos tivessem morto Brancos. Advogava ainda castigos corporais para os Africanos a fim de manter a autoridade portuguesa.

No que respeita às questões de colonização e emigração brancas desejou ver implantada em Moçambique uma política oficial que desencorajasse a emigração de camponeses pobres e dos degredados, pessoas que, na opinião dele, se tornariam mais pesadas do que úteis à prosperidade da colónia. Ambicionava que a metrópole adoptasse um programa selectivo de emigração dirigida no qual coubessem artífices hábeis e pequenos comerciantes com algum capital, cuja fixação fosse estimulada.

A análise feita por Mouzinho e as soluções dela decorrentes para os graves problemas de Moçambique eram rigorosamente nacionalistas e conservadoras. Estudioso atento da administração britânica na África Austral e governador familiarizado com o sistema britânico em vigor na província de Natal (África do Sul), Mouzinho admirava o modelo de descentralização do Império Britânico. Acreditava que se Portugal tivesse aplicado a autonomia financeira como princípio em Moçambique e a tivesse estendido às outras colónias africanas isso poderia ter contribuído para um grande desenvolvimento dessas economias.

Uma leitura atenta do seu mais importante estudo administrativo, *Moçambique (1899)*, sugere-nos que, na era da «corrida e da partilha de África», o mais famoso militar colonial português era muito mais que um nacionalista tacanho e que temia a perda do Império de Portugal em África para os rivais estrangeiros. As mais notáveis secções deste clássico do colonialismo revelam um discernimento profundo, lógico, racional, muito franco e aberto desta realidade. Admitia que não era um especialista financeiro, que infringia a lei e que por vezes não seguia os preceitos imperiais. Num ponto se confessava heterodoxo: defendia a manutenção da capital da colónia na ilha de Moçambique, no extremo norte, e não estava de acordo com a sua transferência para o Sul, para Lourenço Marques²¹. O facto de se manter a capital no Norte, pensava, fomentaria um desenvolvimento mais concentrado e um controlo da situação a norte do rio Zambeze, onde a soberania portuguesa era ainda impotente.

Prevaleceram as suas convicções monárquicas, nacionalistas e patrióticas. A lição a extrair da sua acção em Moçambique era, segundo ele, a seguinte: se Portugal não estabelecesse imediatamente uma eficiente administração e um efectivo controlo sobre Moçambique, as potências coloniais dos territórios vizinhos — Alemanha ao norte e Inglaterra ao sul e a oeste — poderiam tomar conta da colónia. Além disso acredi-

²¹ Mouzinho, *Moçambique*, pp. 192-194.

tava que a perda de Moçambique significaria a perda de Portugal. Mouzinho fazia notar bem o que acontecera à Espanha em 1898. Na recente perda dos territórios espanhóis da América e do Pacífico via um terrível presságio para um mais pequeno e mais débil Portugal. Não seria possível abater-se uma calamidade idêntica sobre o império africano do pobre e pequeno Portugal? O herói de Chaimite acreditava que esta espécie de catástrofe nacional poderia ser evitada se Portugal prosseguisse a política que preconizava para a África oriental.

Durante os seus dois anos como chefe do executivo de Moçambique, entre os projectos que apoiou fortemente contaram-se: construção de linhas de telégrafo e de vias férreas; beneficiação da capacidade de escoamento de mercadorias e dos transportes que serviam o porto chave de Lourenço Marques; estabelecimento de postos militares em zonas do interior, especialmente a norte do rio Zambeze, que não estavam ainda sob o controlo dos Portugueses; aumento dos impostos de «palhota» aplicados aos povos africanos; e redução das concessões a estrangeiros.

O fervor patriótico e o nacionalismo intenso de Mouzinho de Albuquerque redobram devido ao domínio estrangeiro sobre largos sectores da economia: predomínio de indianos no comércio retalhista do interior, especialmente no Sul de Moçambique; o facto de as moedas com mais utilidade na colónia serem as rupias da Índia e de Zanzibar e as libras de Inglaterra e do Transval; direitos e concessões de que beneficiavam três grandes companhias: Niassa, Zambézia e Moçambique. O comissário régio propôs-se expulsar os comerciantes indianos por todos os meios possíveis e aplicar maiores restrições às operações das companhias com privilégios.

Não só receava a entrada dos poderosos grupos capitalistas em Moçambique, como ainda o seu maior ressentimento resultava do facto de os lucros dessas companhias não terem contribuído para o desenvolvimento da colónia ou sequer de Portugal, antes beneficiando os investidores longínquos, que faziam tudo para levar os seus lucros para fora da colónia.

Nos seus escritos coloniais formulou uma nova imagem duma futura África Oriental Portuguesa. Mouzinho visionou uma colónia próspera, baseada principalmente na riqueza agrícola, cuja economia estaria firmemente nas mãos de cidadãos portugueses e do Governo. A sua maior esperança para a consolidação do domínio dos Portugueses residia naquilo a que chamava «nacionalização» da economia de Moçambique. Acreditava que, com uma colónia próspera, Portugal poderia desfrutar de uma «regeneração económica»²². As suas propostas para levar a cabo este processo não eram impraticáveis, mas teriam sido — se não impossíveis — difíceis de concretizar sob os empobrecidos e instáveis regimes no poder entre 1895 e 1926.

²² Da conferência proferida pelo comissário régio em 1898 no Centro Comercial do Porto, in «Dedicado ao Dia de Mouzinho», *Boletim Geral das Colónias*, n.º 128, Fevereiro de 1936, p. 27.

É provável que tivesse preferido a abolição dos privilégios das grandes companhias de capital estrangeiro, ou, pelo menos, conseguido que o Governo lhes exigisse um pagamento muito mais elevado pelos seus direitos e concessões. Quanto às terras que não estivessem sob a alçada dessas companhias, ambicionava consolidar a sua pacificação e promover a sua ocupação e o seu povoamento por colonos portugueses independentes, com algumas posses. Um dos seus projectos preferidos era aplicar às terras a sul do rio Save²³ o *regime dos prazos*, o sistema de propriedades existente no vale do Zambeze. Um sistema de plantações em vez do regime das pequenas explorações agrícolas poderia ter resultado. Os historiadores podem distinguir uma vez mais nesta proposta certas influências do modelo económico da província de Natal, na África do Sul, modelo que frequentemente citava nos seus escritos coloniais.

Militar e administrador, manifestou também a esperança nos lucros coloniais para os Portugueses.

Em 1898, ao conferenciar no Centro Comercial do Porto, constituído por um grupo já interessado na economia da expansão colonial em África, insistiu junto dos homens de negócios para que investissem na África portuguesa e anteviu um grande potencial no negócio do algodão para exportação e mercados para os vinhos portugueses na África do Sul, nas Rodésias e na África Oriental Britânica.

Como comissário régio de Moçambique durante apenas dois anos, Mouzinho não conseguiu introduzir grandes mudanças. Orientou projectos e estimulou o seu estado-maior e companheiros de armas, mais tarde a chamada «escola de Mouzinho», para que fosse possível às colónias gerirem-se a si próprias, e não segundo os ditames de Lisboa. Como indicámos atrás, em 1898 a economia de Moçambique estava em larga medida nas mãos de estrangeiros, mas o conceito de Mouzinho da «nacionalização» de todos os sectores veio influenciar os círculos coloniais republicanos e, mais tarde, a própria ditadura. Não há dúvida de que Mouzinho teria tido uma grande alegria ao saber que o Estado Novo, na década de 1940, rescindiu paulatinamente os contratos das companhias estrangeiras que tinham privilégios em Moçambique.

Em Julho de 1898, num lacónico telegrama, e por ordem do Ministério da Marinha e do Ultramar, foram-lhe retirados os poderes extraordinários como comissário régio e reduzidas as prerrogativas como governador-geral. Mouzinho demitiu-se e apesar de todos os esforços oficiais despendidos para o impedir de se demitir manteve-se firme na decisão e partiu para Lisboa em Agosto de 1868, sem colocação conhecida. A sua curta mas notável carreira como administrador chegara ao fim.

O comissário régio sentia-se justificadamente desiludido. O seu talento de administrador e os seus dotes básicos — obs-

²³ Mouzinho, *Ofício Dirigido ao Conselheiro Alvaro Costa Ferreira na Sucessão do Governador-Geral de Moçambique em 1898*, Lisboa, 1957, p. 30.

curecidos mas não obliterados sob a capa algo frágil da sua natureza arrogante — revelam-se num passo importante da carta que endereçou ao seu sucessor quando se demitiu, em 1898:

«Nunca tive que me arrepender de ter sido quanto possível conciliador, até o ponto em que era preciso mostrar firmeza, e tenho a consciência de nunca haver faltado a esta enxovalhando o decoro do cargo que exercia e o brio nacional. Não devo, entretanto, ocultar a V. Ex.^a que me achei por vezes colocado em situação muito difícil, pela ignorância em que o Gabinete de Lisboa me teve sempre das negociações entabuladas com potências estrangeiras, compromissos tomados com algumas delas e relações diplomáticas com outras, cujo inteiro conhecimento era indispensável para bem orientar a política deste Governo-Geral. Neste ponto só me resta esperar que V. Ex.^a seja mais feliz do que eu e obtenha do Ministério todos os esclarecimentos de que carecer, a tempo de lhe poderem servir, o que nunca me sucedeu. Fui ter conhecimento em Lisboa de coisas que dificilmente se poderia acreditar que o Ministério me não houvesse comunicado, tal era a sua importância para esta Província!»²⁴

E acrescentou o seguinte conselho, à guisa de despedida:

«Creio que só entre dois caminhos a seguir tem V. Ex.^a a escolha: ser simples executor das ordens do Ministério, dando-lhe as informações de molde a nunca ir de encontro às opiniões correntes lá e interesses ligados à sua administração, ou dizer-se verdadeiro sem reboço, propor o que lhe parecer melhor na consciência e não descansar nem fugir à fama de importuno e teimoso enquanto as suas propostas não tenham sido aprovadas, as suas requisições satisfeitas.»²⁵

SOLDADO NO DESERTO (1898-1902)

O Soldado Heróico não mais voltou a África. O resto da sua vida foi breve; deixara de ser Governador. Uma análise sucinta dos aspectos dominantes dos últimos anos da sua vida, explica a legenda e o mito criados em volta do seu nome, em décadas que se seguiram.

Mantendo o seu prestígio junto da Corte e de alguns extractos das massas populares, foi todavia perseguido pelas cupulas dominantes dos partidos monárquicos. No ano seguinte ao do seu regresso de África, publicou o livro *Moçambique 1896-98*, o qual era simultaneamente uma defesa da sua carreira colonial,

²⁴ Mouzinho, *Ofício...*, p. 8.

²⁵ Id., *Ibidem*, p. 41.

e uma crítica aos políticos e à burocracia do *establishment* de Lisboa. É este livro um estudo clássico. Para a História daqueles anos em Moçambique, é uma fonte essencial de informação, mas a sua dramatizada conclusão revelou-se demasiado pessoal e alarmista. O ex-comissário régio, sugeria aos seus leitores que Portugal poderia perder Moçambique em favor de rivais estrangeiros e que inevitavelmente o Governo da colónia cairia após a sua partida e a consequente demissão do grupo de oficiais do Exército e da Marinha que cuidadosamente seleccionara e lhe eram leais. Na realidade oficiais que haviam sido seus discípulos na campanha de 1895, desempenhando altos cargos, tanto em Moçambique como em Angola, não abandonaram o serviço colonial e em anos posteriores procuraram efectivar e pôr em prática algumas das suas ideias e pontos de vista.

Em Novembro de 1898, pouco após o seu regresso de África, o Rei nomeou Mouzinho de Albuquerque tutor e conselheiro do seu herdeiro, o Príncipe D. Luís Filipe. D. Carlos pediu ao tutor que fizesse um Homem, daquele que viria um dia a ser soberano. Mouzinho educou o jovem príncipe em assuntos de ciência militar, teoria e virtudes marciais, acompanhando-o também nalgumas viagens. Existem poucos documentos sobre as relações entre professor e aluno, havendo porém uma importante excepção. Por volta de 1900 e 1901, Mouzinho escreveu uma longa carta ao príncipe; carta esta suposta ser também um prefácio para um livro.

Ainda que esta carta, cheia de interesse, não tenha sido publicada senão em 1908, após a morte do seu autor e a daquele a quem era dirigida, veio a ser considerada, em anos posteriores, uma obra de literatura patriótico-militar, extremamente popular. Reimpressa dezenas de vezes entre as décadas de 30 e 60, a carta ao príncipe Luís Filipe, era repassada de misticismo patriótico, de monarquismo e de militarismo, elementos que foram características da ideologia ditatorial posterior a 1926. Vale a pena citar — com uma certa extensão — uma das mais expressivas passagens desta célebre carta ²⁶:

«Foi Sua Majestade chamar-me às fileiras do exército. Não escolheu por certo o militar de mais valor, mas simplesmente aquele a quem uma série de acasos felizes mais ensejo dera de provar que sabia custasse o que custasse obedecer ao que lhe era ordenado [...] Nesta época de dissolução, em que tão afrouxados estão os laços da disciplina, entendeu Sua Majestade que Portugal precisava, mais do que tudo, de quem tivesse vontade firme para mandar, força para se fazer obedecer. E como ninguém pode ensinar o que não sabe, o que não tem praticado, foi El-Rei buscar o vosso aio à classe única em que se encontra quem obedeça sem reticências e mande sem

²⁶ Passos citados in José Carlos Amado, *História de Portugal*, vol. II., Lisboa, 1960, p. 62 e in Carlos Vieira da Rocha, *João Teixeira Pinto*, Lisboa, 1971, na contracapa do livro.

hesitação. Por esse motivo, o primeiro dos seus deveres é fazer de V. Alteza um Soldado [...] Aprenderá a sê-lo na história de seus avós. Este reino é obra de soldados [...] Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras que há na História de Portugal contemporâneo, escrevemo-las nós, os soldados, lá pelos sertões de África, com as pontas das baionetas [...]

Tudo suportámos de boa mente porque servíamos El-Rei e a Pátria, e por outra coisa não anda neste mundo quem tem a honra de vestir uma farda [...]»

Não obstante o prestígio do seu cargo como tutor real e aio, os seus últimos anos de soldado foram de amarga frustração. Apesar da necessidade de preenchimento de alguns altos cargos, uns políticos outros militares, o *establishment* de Lisboa ignorou-o, não lhe conferindo quaisquer atribuições em postos da administração colonial. Noutras circunstâncias, poderia ter sido designado para a Junta Consultiva do Ultramar, corpo político que assessorava o ministério da Marinha e do Ultramar, actuando como seu conselheiro officioso; mas Mouzinho criara muitas inimizades para que tais nomeações fossem possíveis. Apesar de ter sido promovido a tenente-coronel de cavalaria em Novembro de 1901, as habituais lisonjas e honras deixaram de verificar-se.

Desejando a aventura e provavelmente até a morte no campo de batalha para glória do império, Mouzinho ofereceu-se para postos em várias expedições: solicitou o comando de um contingente português para reforço das forças internacionais destinadas a dominarem a chamada «rebelião dos Boxers» ocorrida na China em 1900. O seu pedido foi recusado. Ao ler as notícias da guerra Anglo-Boer na África do Sul e sabendo que o resultado deste conflito poderia influenciar o futuro do seu bem-amado Moçambique, pediu que o rei lhe desse autorização para fazer parte de uma unidade voluntária de soldados portugueses. Uma vez mais foi a sua solicitação indeferida.

A mais importante faceta dos seus últimos anos prende-se, todavia, com a política interna e permanece envolvida em mistério. O soldado frustrado, o paladino de África, era um monárquico convicto que receava que a instabilidade e a incompetência dos governos constitucionais saídos do Parlamento acabasse por destruir não só a Monarquia como o seu próprio País. Com uma nota de amargura onde assumava uma certa ironia, notava Mouzinho no seu livro que os homens das colónias jamais haviam desempenhado proeminentes papéis na cena da política interna. O que este soldado colonial defendia era a instauração de um regime militar apoiado pelas forças armadas e orientado por um político de direita como era o conservador João Franco. Para tanto preconizara ele — com o acordo de alguns dos seus próximos colaboradores como por exemplo o chefe do seu estado-maior em Moçambique, o monárquico Aires D'Ornellas — instalar um governo que beneficiasse do absoluto favor real e que se dedicasse à concretização das se-

guintes tarefas essenciais: esmagamento da crescente ameaça representada pelo Partido Republicano; suspensão das irrequietações e anárquicas câmaras parlamentares; imposição de uma forte personalidade política que restabelecesse a autoridade, a lei e a ordem.

O plano concebido para a prossecução de tal desiderato era o desencadear de um golpe de estado militar por algumas unidades de *elite* do exército. Era convicção generalizada entre o pequeno grupo dos «heróis de África», inspirado pelo exemplo e pela figura carismática do major cavaleiro, a de que só um executivo militar e autoritário estava apto a limpar a corrupção dos partidos monárquicos, destruir os republicanos anticlericais e iniciar uma política audaciosa e agressiva em África. Em diversos e variados círculos, Mouzinho encontrou-se com chefes políticos proeminentes e conspirou com oficiais das forças armadas.

O plano para o golpe de estado cedo se revelou, contudo, inviável²⁷. O rei não consentiria a prática de actos inconstitucionais nem dava qualquer apoio a esquemas de tal natureza. Ainda que amigos leais conseguissem aliciar muitos oficiais nos quartéis, a aderência ao movimento revolucionário não se mostrava significativa. Havia discussão a mais e acção a menos. Mouzinho rapidamente se sentiu desencorajado com a atitude do próprio rei, compreendendo que enquanto soldado colonial não lhe seria fácil assumir papel relevante na condução da política nacional.

Ainda que não tenha permanecido isolado na ideia de que apenas uma ditadura militar estaria à altura de salvar a monarquia — muitos e fiéis monárquicos mostraram tal convicção até à queda do regime em 1910 — a marca da personalidade nervosa e impulsiva de Mouzinho caracterizou muito profundamente todo o projecto.

Até mesmo quando o sistema dos partidos políticos se começou a desintegrar e um político que Mouzinho admirava como potencial chefe autoritário, João Franco, abandonou um importante partido para formar o seu próprio, Mouzinho recusou obstinadamente juntar-se ao grupo²⁸.

Rejeitado pelas esferas dominantes em Lisboa para integrar importantes postos de decisão, o «herói de África», ainda que admirado e cortejado pelo rei e pelo príncipe real, sentia-se deslizar para o desespero. Existem, aliás, abundantes provas de que já em anos anteriores ele havia pensado no suicídio ou em acções que deliberadamente o conduzissem à morte no campo de batalha. Entre as várias teorias tendentes a explicar o seu estado de desespero, haverá a considerar: uma paixão não correspondida pela rainha D. Amélia; a sua rejeição pelas

²⁷ Editorial O Século, *História da República*, Lisboa, 1959, pp. 140-142.

²⁸ Veja-se o prefácio de Aires de Ornelas in Marechal Gomes da Costa, *Memórias*, Lisboa, 1930; citado também na antologia *A Geração de Mouzinho e o Pensamento da Revolução Nacional*, Avila de Azevedo, Lisboa, 1966, pp. 93-94.

forças políticas dominantes; a incapacidade para se tornar um chefe incontestado; e a sua certeza de que Portugal — especialmente depois do que constou acerca dos misteriosos acordos secretos anglo-germânicos de 1898 — cairia fatalmente face às maiores potências coloniais e perderia a sua independência.

Fossem quais fossem as razões que na realidade mais o influenciaram, o certo é que Mouzinho havia tombado na maior das depressões. O seu último cuidado foi investigar as circunstâncias que conduziram o seu avô paterno a procurar ir ao encontro de uma morte heróica na batalha de 1846. E na tarde do dia 8 de Janeiro de 1902 o «herói de Chaimite» pôs termo à vida quando seguia num trem de praça pelas ruas de Lisboa, disparando dois tiros na cabeça. O seu funeral teve — no meio de consternado luto oficial e popular — honras e pompas nacionais. Um caricaturista político muito conhecido na época viu no suicídio de Mouzinho a causa próxima do exacerbamento do ódio da opinião pública contra a ordem política estabelecida ²⁹.

A SANTIFICAÇÃO DO SOLDADO COLONIAL (1926-1955)

Mouzinho de Albuquerque — o seu exemplo, as suas ideias e acima de tudo a sua legenda — tiveram maior influência sobre Portugal depois da sua morte do que durante a sua breve e atormentada vida. Nos tempos modernos, e com a possível excepção do ditador Salazar, nenhum português conseguiu excitar com tamanho ardor a imaginação dos seus compatriotas. Enquanto, de princípio, esta adoração pela heroicidade se restringiu a uma pequena elite de coloniais e militares, o regime salazarista transformou sistematicamente a aura de Mouzinho em fenómeno nacional. A meio da década de trinta, o seu nome transformou-se no de santo patrono militar do Estado Novo. Sem a mais leve sombra de dúvida escreveu-se mais sobre Mouzinho de Albuquerque do que sobre qualquer outra figura de colonial ou de militar, com excepção do vulto histórico, muito anterior, do Infante Dom Henrique.

Os símbolos deste culto nacional foram vários: livros, panfletos, artigos, memórias, selos comemorativos, estátuas e brochuras, teses, etc. Em 1956 um estudioso de história colonial compôs um livro completo sobre a bibliografia dos trabalhos escritos por ou sobre Mouzinho, documentado com centenas de entradas. Existem nomes de ruas, estátuas e esculturas erigidas em Moçambique, nomes de barcos de guerra da Marinha portuguesa e de navios mercantes que perpetuam o seu nome. Chaimite é o nome de um carro de assalto do exército português usado nas décadas de 1960 e 1970 e que recorda a maior vitória de Mouzinho, em 1895. Na mais conhecida enciclopédia portu-

²⁹ A caricatura clássica do português comum foi e continua a ser o «Zé-Povinho», José-Augusto França, *Zé-Povinho na obra de Rafael Bordalo Pinheiro*, 1875-1904, Lisboa, 1975, p. 13.

guesa, uma edição influenciada pelos censores da Ditadura depois de 1930, Mouzinho é objecto do artigo biográfico talvez mais extenso ³⁰.

Na política interna, o espírito de Mouzinho tornou-se um exemplo e um ideal. A sua influência é mais marcante em dois períodos diferentes: primeiro, nos anos imediatamente anteriores à queda da República parlamentar e, mais tarde, durante os anos de maior vigor da ditadura do Estado Novo (1933-45).

No primeiro período, escritores e políticos de direita — principalmente os integralistas — viram neste «herói de África» um ideal que se harmonizava com muitas das suas ideias tradicionalistas e conservadoras, anti-parlamentaristas, monárquicas, militaristas e colonialistas. Nos anos vinte um grupo de jovens oficiais do quadro, escritores e estudantes, através de discursos, escritos e debates reavivaram o interesse pelo soldado desaparecido. Muito claramente a influência de Mouzinho foi relevante no reforço dos ideais direitistas entre as *elites*. O conceito de Mouzinho do soldado profissional como encarnando o cidadão ideal e «salvador», em oposição ao bando dos políticos corruptos, e a sua ideia de que as forças armadas podiam «salvar» Portugal encontraram eco entre os conservadores que assumiram o poder em princípios de 1926. A ditadura militar que se seguiu (1926-1933) empenhou-se em reabilitar Mouzinho como herói nacional.

O que os admiradores iniciais do «culto de Mouzinho» fizeram *ad-hoc*, a ditadura do Estado Novo posterior a 1933 fê-lo de modo exaustivo, deliberado e sistemático. No segundo período — 1933-45 — época em que elementos de um fascismo português estão mais em evidência entre os novos chefes e alguns dos seus seguidores, o «culto de Mouzinho» atinge o seu apogeu em termos de popularidade encenada. O soldado colonial foi subsequentemente adoptado como santo-patrono-militar do regime ditatorial.

Como componente de um generalizado patriotismo nostálgico e místico, o culto da memória e do pensamento de Mouzinho constituía de certo modo uma versão moderna do tradicional fenómeno histórico de massas conhecido como «sebastianismo», um messianismo originário do século XVI.

De vários modos o Estado Novo institucionalizou o culto de Mouzinho como figura de herói nacional desaparecido. Departamentos estatais, como a Agência Geral das Colónias, mandaram elaborar estudos biográficos do militar, reeditaram os seus escritos coloniais e encorajaram a celebração de comemorações de datas tidas como significativas.

O Estado patrocinou as comemorações de datas como o «Dia de Mouzinho», em 28 de Dezembro de 1935, o 40.º aniversário do feito de Chaimite e o centenário do seu nascimento, em 12 de Novembro de 1855, este evocado com grande comprazimento oficial. Na Assembleia Nacional, cujo papel era de um

³⁰ *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. XVIII, p. 45.

órgão meramente ratificador, proferiram-se discursos elogiosos e alguns deputados propuseram que os restos mortais do militar fossem trasladados para o Mosteiro da Batalha, o grande santuário de heróis nacionais onde repousam os restos mortais do Soldado Desconhecido de Portugal caído na primeira grande guerra. Grandes esforços e verbas elevadas foram aplicados no centenário do seu nascimento, quer em Portugal, quer em Moçambique, em cuja capital — Lourenço Marques — havia já ruas e praças com o seu nome e estatuária erigida em sua memória. Em 1955 o município daquela cidade, homenageando o soldado colonial, instituiu dois prémios de dez mil escudos cada um ³¹, um para o melhor ensaio sobre Mouzinho e o outro para o melhor livro infantil sobre a vida e feitos do militar ³².

O Estado Novo fez do culto de Mouzinho parte importante na doutrinação e treino da principal organização da juventude, a «Mocidade Portuguesa» originariamente inspirada em grupos juvenis da Itália e da Alemanha fascistas. O objectivo era o de inculcar na juventude, no núcleo dos futuros chefes do regime, os valores do regime e a sua ideologia. O «culto de Mouzinho», veiculado através de livros, discursos, debates, artigos e cerimónias, tinha como lema «Dever, Serviço e Lealdade», virtudes que o regime procurou associar a Mouzinho, o santificado soldado colonial.

Os chefes da Mocidade Portuguesa, incluindo o futuro primeiro-ministro Dr. Marcelo Caetano, louvaram Mouzinho repetitivamente em discursos e na imprensa. Caetano foi ao ponto de afirmar ser o pensamento político de Mouzinho perfeitamente compatível com as ideias do Estado Novo e reconheceu ainda que, «se ele, Mouzinho não tivesse desaparecido tão cedo», poderia ter sido «um grande estadista» no regime de Salazar ³³.

A literatura colonial, particularmente nos anos trinta e quarenta, animava-se com o «culto de Mouzinho». Os escritores proclamavam e exageravam as suas virtudes sem mencionar os seus defeitos. Nesta sombria hagiografia colonial, emergiu outro cliché: a «Escola de Mouzinho», referente aos «heróis de África» do seu estado-maior de 1895-96, em Moçambique, entre os quais avultavam os nomes de Henrique Paiva Couceiro, Ayres d'Ornellas, Manuel Gomes da Costa, Eduardo Costa e outros da mesma geração inspirados pelos seus feitos em África. Um autor sugeriu que na legislação colonial existiu um «ciclo de Mouzinho». A sua influência fora decisiva, segundo aquele autor, inspirando as leis de descentralização de 1906-07, associado com Eduardo Costa, e servindo de base às primeiras leis coloniais da República em 1914 e 1920 ³⁴.

O culto de Mouzinho desempenhou igualmente um papel durante a fase do «culto da personalidade» do regime de Salazar na década de 1930. O regime tentou modificar a imagem tímida

³¹ *Boletim Geral das Colónias*, 1955.

³² *Ibidem*.

³³ *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. XVIII, p. 45.

³⁴ James Duffy, *Portuguese Africa*, Cambridge, 1959.

e apagada do Dr. Salazar estabelecendo uma lisonjeira comparação entre Mouzinho, o herói colonial, e o misterioso professor da Universidade de Coimbra. Em 1936, um plúmítico afirmava que Salazar foi, de facto, o herdeiro natural do grande soldado de «África», dado que em ambos se observava uma notável aliança entre a inteligência e a acção»³⁵.

Mas houve outros aspectos do culto de Mouzinho que o Estado Novo utilizou para influenciar a opinião pública. Penetrando na retórica e nos floreios místicos, podemos detectar um claro motivo por detrás daquilo que Mouzinho, homem de acção, com tanta mordacidade criticara na verborreia burocrática do seu tempo: palavras, mais palavras e só palavras. Esta nova verborreia não servia apenas para despertar nos Portugueses um interesse pelos assuntos coloniais. O «culto» secular de Mouzinho coroava esplendidamente a ênfase posta no colonialismo. A atenção dos Portugueses era assim desviada das duras realidades do país, servindo também o colonialismo para tornar despercebidos os conflitos políticos entre personalidades e facções em Portugal.

Num sistema autoritário, com as liberdades cortadas, foi assim considerada útil a citação repetitiva de um bem escolhido e apropriado escrito do santificado soldado colonial³⁶:

«Na Metrópole podem debater-se questões políticas, mas em África deve ser-se mais Português do que se é aqui; e quanto a política: Portugueses e nada mais.»

A importância de Mouzinho e do seu «culto» estava portanto na criação de um mito útil: o de que a África Portuguesa era uma causa nobre e apolítica, um campo de concórdia longe da pátria. Louvando o soldado colonial de tendências autoritário-militaristas, o regime procurava assim promover o que acreditava ser uma causa unificante e apolítica.

CONCLUSÃO

Mouzinho de Albuquerque foi acima de tudo, um homem de acção, que, em diferentes circunstâncias, poderia ter sido detentor do poder em Portugal. Em Moçambique a sua acção teve maior impacto como soldado do que como governador, embora a sua capacidade e a sua actuação como administrador e pensador colonialista tenham sido subestimadas.

Se não era um teórico do colonialismo profundamente original, nem por isso muitas das suas ideias deixaram de influenciar os seus companheiros que mais tarde foram governadores.

Ainda que a sua personalidade e formação fossem classificadas pelos seus hagiógrafos como «puramente medievais»,

³⁵ *Boletim Geral das Colónias*, 1936.

³⁶ General Luís Ferreira Martins, *Mouzinho*, Lisboa 1965.

tal caracterização peca por demasiado simplismo. Foi um tradicionalista mas também um activista para a época e poderia muito bem ter sido um arrojado oficial de cavalaria nas colónias francesas.

Como pensador, fez-se eco do profundo pessimismo e preconceitos raciais correntes no seu tempo entre as *élites* portuguesas, mas foi também crítico justo da corrupção política reinante em Lisboa.

Mas para além do que poderá ter ter sido em vida, tornou-se na morte o agente de um culto influente. Durante o maior impacto desse culto póstumo, um admirador inglês do Portugal salazarista foi ao ponto de escrever:

«É impossível compreender o Portugal de hoje sem se ter algum conhecimento acerca do carácter e da personalidade deste homem, que, como uma inspiração, tão largamente contribuiu para a sua fundação. Combinava o profundo sentimento religioso de Gordon com a capacidade militar e administrativa de Lyautey, mas foi acima de tudo um Português. Não um Português do degenerado século XIX, mas sim da idade de ouro, quando o seu povo vivia imbuído da convicção da sua missão nacional»³⁷.

Retrospectivamente Mouzinho de Albuquerque foi reconvertido para se ajustar às ideias de um regime tradicionalista; se fosse vivo o seu individualismo ter-se-ia certamente chocado com a supressão colectiva de direitos, com os burocratas amorfos e com a infundável retórica e o terrorismo policial que caracterizaram o Estado Novo. Ironicamente, a ditadura usou o seu «culto» para instalar na população uma aversão a determinados aspectos que marcaram afinal a carreira do soldado colonial: a sua ânsia pela liberdade de acção e a sua tentativa para alargar significativamente os poderes dos governadores coloniais e descentralizar a legislação colonial e promover a autonomia financeira do Ultramar. Deste modo, Mouzinho, o «Eterno Capitão» da Mocidade Portuguesa, o soldado que se matou para «morrer a tempo», tornou-se na morte a vítima da sua própria legenda. O seu mito foi permanentemente manipulado pela Ditadura que deliberadamente o reabilitou. Para os Africanos em Moçambique, Mouzinho de Albuquerque é paradigma da mais violenta fase do colonialismo português. E no entanto o seu estilo e tremenda reputação não foram diferentes da de certos reis-guerreiros tradicionais da África austral. Como governador que teve de ocupar-se do futuro incerto da economia de Moçambique, Mouzinho apelou para sacrifícios, trabalho duro e perseverança. Esse longínquo apelo ao suor e aos sacrifícios pode encontrar algo mais do que um eco distante no mundo novo do Maputo pós-português.